



UMA NOVA ERA DE OURO?: limites da democracia burguesa na atual quadra histórica

MANDARINO, Thiago Marques¹

RESUMO: A ideologia burguesa leva a vislumbrar, como possibilidade e vitória dos trabalhadores, um retorno aos “anos gloriosos” do capitalismo. O presente artigo se contrapõe a esta tese via três pontos: 1) após a crise dos anos 1970, a preponderância do setor financeiro se articula umbilicalmente com as políticas e ideologias de cunho neoliberal; 2) nesta nova fase, principalmente em conjunturas de crise, há a escalada da subtração de direitos sociais e do uso da violência; 3) os ditames do capital mobilizam cada vez mais o Estado e o fundo público como instrumentos de poder de classe, reconfigurando as políticas sociais públicas e seus limites. Conclui-se indicando que cogitar o retorno de qualquer tipo de Estado de Bem Estar Social é anacrônico e objetivamente infundado. Agora, pensar a “questão social” é também tensionar o fim do modo de produção em si.

PALAVRAS-CHAVE: Padrão de Acumulação; Estado; Política Social.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade pululam “teorias”² que, no discurso, se agarram aos ideais liberais enquanto exacerbam o individualismo, a mercantilização de todos os aspectos da vida e a ruptura de qualquer sentido de coletividade. Sob o risco de simplificação, tais “teorias” são o neoliberalismo – contraface política e ideológica da acumulação de capital sob a égide do setor financeiro especulativo. Este aparato “teórico” esvazia o debate sobre a “questão social”³, que passa a ser tratada como fenômeno decorrente das incapacidades individuais para lidar com os próprios problemas, expressão da derrocada das condições históricas e objetivas que permitiram experiências semelhantes às do Estado de Bem Estar.

Para os neoliberais, cada vez mais radicalizados em suas postulações conforme se agrava a crise estrutural do capital, as livres forças do mercado e a total ausência do Estado na área social é que potencializariam as liberdades individuais e o espírito empreendedor,

¹ Professor Adjunto IV do Departamento de Ciências Econômicas da UFVJM. Doutorando em Política Social pela UFES. E-mail: thiago.mandarino@gmail.com

² Levando em consideração seu papel como mistificação da realidade em prol de uma minoria e a dificuldade de enquadramento como um aparato teórico coeso, o neoliberalismo está aqui colocado como teoria entre aspas.

³ “Questão social” é expressão que surge nos anos 30 do XIX e abrange diversos espectros políticos, para se referir ao pauperismo sob a forma especificamente capitalista. A partir de 1850 a expressão é apropriada pela direita, a ala conservadora do espectro político, que passa a tratá-la como fenômeno que deve ser enfrentado de modo tópico, dentro do próprio sistema (IAMAMOTO, 2001). Daí seu uso entre aspas no decorrer do artigo.



ensejando uma espiral de crescimento econômico e aumento generalizado do padrão de vida. Fatos que, negados pela realidade, não aparecem como debilidade da “teoria” em si, mas inépcia dos indivíduos e suas famílias para adentrar as bênçãos do mercado através de um mecanismo de darwinismo social⁴.

Tais argumentos são refutados por pensadores que se ligam à tradição crítica, e que assertam que o pauperismo emana como contradição da própria produção de riqueza no capitalismo. Por esta perspectiva, a liberdade irrestrita dos mercados e a minimização da face social do Estado não são caminhos para sanar a “questão social”, fazendo surgir dois caminhos de análise. O primeiro advoga pela necessidade de um maior controle das liberdades de mercado e de lutas para a retomada e ampliação de políticas sociais públicas de caráter universalista, algo que remonta à era de ouro do capitalismo⁵.

O segundo caminho, ancorado no pensamento marxista, não vislumbra a superação das mazelas agravadas e oriundas do próprio modo de produção em sua forma contemporânea, senão pela superação do capital em si. Isto é, ainda que se lute por melhorias sociais para a classe trabalhadora, se reconhece o Estado como instrumento de poder de uma classe cuja existência repousa, na contemporaneidade, exatamente no esgarçamento dos limites humanitários e civilizatórios do capital. Por esta perspectiva, a transformação societária radical é a única via concreta para sanar a “questão social”.

O presente artigo se ancora na segunda perspectiva por ver, apenas nesta, potencialidades para a apreensão dos dilemas presentes em sua concretude e totalidade, com o objetivo de denotar que: 1- o apego à era de ouro do capitalismo como horizonte estratégico de luta tem potencial, como contraponto ao mainstream neoliberal, no máximo para possibilitar parcas e esparsas políticas sociais, cada vez mais erodidas e adequadas às próprias vicissitudes do capitalismo contemporâneo; 2- a despeito da luta em prol de melhores condições para os trabalhadores ser importante meio de mobilização social e pavimentação dos instrumentos de superação da “questão social” e suas expressões, somente a radical transformação do modo de produção da vida e da sociabilidade capitalistas como alvo é que tal objetivo é passível de sucesso.

CRISE DOS ANOS 1970 E PADRÃO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Uma análise superficial do atual momento pode colocar a pandemia do Coronavírus como causadora, também, da enorme crise econômica e política que o mundo

⁴ Sobre o tema e seus defensores ver, por exemplo: BYLUND (2018), LIMA (2016), POLLEIT (2017).

⁵ Hobsbawm (1995) denomina como Era de Ouro o período compreendido entre o imediato pós Segunda Guerra e a crise do início dos anos 1970, em que se vislumbrou crescimento econômico com ampliação da produtividade, do emprego e do consumo.



atravessa. Contudo, a pandemia agrava e é parte da própria crise estrutural do capital⁶ num momento recessivo, em que o lema da austeridade se sobrepõe a qualquer nexos de solidariedade e solapa os sistemas públicos de saúde em nome dos lucros privados (DAVIS, 2020). Isto é, a pandemia revela as contradições internas da circulação e acumulação de capital, e o contexto mais amplo da reprodução social como relação metabólica com a natureza, o que impede cogita-la como desastre natural (HARVEY, 2020).

Dessa forma, por mais que seja importante lidar com as urgências humanitárias causadas pela pandemia e pela depressão econômica, é contraproducente se ater às expressões fenomênicas de um problema estrutural: as contradições internas ao movimento do capital e sua crise sistêmica, que atualmente se funda na riqueza fictícia e na lógica do capital especulativo e parasitário⁷ sobre as demais formas funcionais do capital (NAKATANI; GOMES, 2015). Por esta perspectiva, é necessário compreender como a crise dos anos 1970 se liga a um novo padrão de acumulação de capital, que não permite mais abarcar as mesmas concepções e concessões de política social vigentes outrora.

No processo de reprodução ampliada de capital existe valor acumulado pelo capitalista (dinheiro ocioso) que é direcionado para o sistema de crédito. Este capital dinheiro, desde então, se descola cada vez mais da acumulação real e valoriza-se numa forma específica de capital a juros: capital fictício (especulativo e parasitário). A simples posse confere direito de exigir juros, independente de como ele foi aplicado. É valor que se valoriza a si mesmo sem a mediação entre os extremos; é a forma mais reificada, mais fetichizada do capital. (NAKATANI; GOMES, 2015).

Paulatinamente, cresce o capital fictício nas bolsas de valores⁸, sem nenhuma relação com o patrimônio ou rentabilidade real das empresas, num movimento especulativo e parasitário que amplia a instabilidade dentro do capitalismo⁹. E isso tem forte impacto

⁶ É uma forma de se apropriar da concepção de Mészáros (2009), que vê a crise dos anos 1970 como sem precedentes, por se tratar de uma crise estrutural (não conjuntural) do capital, graças à sua universalidade quanto aos ramos de produção envolvidos, ao seu caráter global, a escala de tempo permanente e o desdobramento gradual, donde a crise iniciada em 2007/2008 seria manifestação da própria crise estrutural iniciada trinta anos antes. Tem influência pioneira nessa concepção de crise estrutural, Mandel (1982), que vê as maiores liberdades do capital para investimentos lucrativos em áreas que, de imediato, não dependem de trabalho vivo pós-meados de 1970, como retrato das impossibilidades da retomada e manutenção das taxas de lucro anteriores.

⁷ O debate marxista acerca do capital fictício é bastante complexo e envolve uma série de autores e divergências, o que não cabe no presente artigo. Aqui, concordamos com a leitura que trata o capitalismo contemporâneo – pós-crise dos anos 1970 - como marcado pela predominância do capital fictício no movimento de acumulação de capital, bem como seu caráter especulativo e parasitário, com rebatimentos sobre a produção e a “questão social”.

⁸ Para se ter uma ideia, em 2014 o estoque de ativos financeiros (US\$ 294 tri) era 5,7 vezes maior que em 1990 (sem contar os derivativos). Em 2019, o mercado de derivativos em moeda movimentou US\$ 8,29 trilhões por dia e o de derivativos over-the-counter (entre agentes privados, sem intermediários) US\$ 6,5 trilhões/dia. AO mesmo tempo, em 2018 o PIB mundial agregado foi de US\$ 121 trilhões (NAKATANI; MARQUES, 2020).

⁹ “Os resultados que pudemos observar até o momento mostram que a crise, iniciada em 2007, continua desenvolvendo as contradições internas à dinâmica do capital e pressionando a transferência de valor e



sobre as condições de reprodução dos trabalhadores, já que: 1- o capital fictício inibe o setor produtivo; 2- há fragilização das empresas pela estrangeirização da propriedade, privatização em prol dos investidores institucionais e volatilidade do capital financeiro e; 3- a governança corporativa focada na valorização acionária reorganiza as empresas a partir dos centros de lucro e, pelas stock options, estabelece compromissos entre a classe capitalista e a fração superior dos assalariados (NAKATANI; MARQUES, 2020).

Apesar das diferenças entre os países, observam-se algumas tendências gerais na reconfiguração da classe alta: 1- a propriedade e gerência das empresas de alguma forma se fundem quando CEOs passam a ser pagos em stock options (o valor das ações toma o lugar da produção como guia da atividade econômica); 2- há redução da separação entre capital monetário (dividendos e juros como receita) e capital produtivo, manufatureiro ou mercantil (lucro); 3- em nome destes pressupostos, acirram-se as fusões intersetoriais, produzindo grandes conglomerados (HARVEY, 2008).

Desta maneira, a crise financeira é um momento da crise industrial, mas que pode produzir-se de modo independente e influir no comércio e indústria. Tem como centro de gravidade o capital dinheiro, e a contradição do dinheiro, que é idealmente unidade de conta e medida de valor, mas não atua somente na circulação; é encarnação individual de trabalho social e existência autônoma de valor de troca (CHESNAIS, 2015).

Como consequência há uma mudança de posição de classe em favor de uma elite financeira à frente da economia e do Estado a partir dos anos 1970, ilustrado pelos EUA. Em 1982, apenas 9% dos 400 americanos mais ricos listados pela Forbes tinham as finanças como setor primário de riqueza, número que salta para 27,3% em 2007 e supera o setor de manufaturas, petróleo e gás. Este grupo de poder domina também o espaço político e submete o Estado a seus interesses, algo que se observa no mundo todo, quando os fundos públicos são destinados a resgatar o capital especulativo após a crise de 2007-2008. Cabe realçar ainda que a globalização das finanças dificulta os mecanismos de regulação nacional e amplia o poder das crises em cadeia (FOSTER; HOLLEMAN, 2010).

A crise dos anos 1970 marca o encerramento do padrão fordista¹⁰ que vigeu no pós-guerra, e que favorecia o trabalho sindicalizado e as experiências de Estado de Bem Estar Social. É uma guinada à acumulação flexível, que implica em desemprego, redução salarial e menor poder sindical na luta de classes. Por trás de uma aparente desorganização

mais-valia dos países mais frágeis para os mais fortes dentro do sistema e dos trabalhadores para os capitalistas, entre os Estados nacionais e entres as classes sociais” (NAKATANI; GOMES, 2015, p. 272).

¹⁰ Gramsci (2001) faz uma interessante análise sobre a relação entre o fordismo e o papel que este desempenha para espalhar mundialmente o poder e o padrão de vida americano, bem como, traz à luz como o fordismo extrapola o ambiente das fábricas e tem determinações sobre a subjetividade da classe trabalhadora e quase todos os aspectos de sua vida.



em virtude da flexibilidade e da instabilidade, está uma organização mais coesa e centralização explosiva, alcançadas pelo desenvolvimento do acesso à informação precisa e seu controle, ao conhecimento científico e técnico. Uma reorganização do sistema financeiro global em que o Estado de bem-estar passa a ser visto como óbice ao crescimento, transformando o neoconservadorismo numa virtude governamental (HARVEY, 1989).

Muito embora as atuais condições sejam muito diferentes em inúmeros aspectos, não há dificuldade em perceber que os elementos e relações invariantes que Marx definiu como peças fundamentais de todo modo capitalista de produção ainda estão bem vivos e, em muitos casos, com uma vivacidade ainda maior que a de antes, por entre a agitação e evanescência superficiais tão características da acumulação flexível (HARVEY, 1989, p. 175-6).

Portanto, o que se experimenta hoje provém das consequências de uma fase longa de acumulação sem rupturas a partir dos anos 1950 (apesar de diferenças de ritmos), elevando a novo patamar o capital de empréstimo a juros, que se valoriza sem sair da esfera dos mercados financeiros. É fruto da necessidade de dar vazão aos lucros não reinvestidos na produção direta, juntamente com as rendas ligadas às fontes de energia e matérias primas (destaque para o petróleo), e os fundos acumulados pelos sistemas de aposentadoria privada. O fim dos trinta gloriosos se dá com a “revolução neoliberal” ou neoconservadora como resposta para a retomada da acumulação, sequestrando a política macroeconômica para a garantia da participação do capital fictício na mais-valia produzida (CHESNAIS, 2015).

CAPITAL FICTÍCIO E NEOLIBERALISMO

Conforme exposto, a crise dos anos 1970 leva a um novo padrão de acumulação, marcado pela predominância do setor financeiro, com destaque para o capital fictício, especulativo e parasitário. Tais mudanças objetivas e a subjetivação deste novo momento são tratadas como a fase neoliberal do capitalismo: um discurso de retomada dos preceitos do liberalismo clássico com uma prática material que denota uma desarticulação entre a “questão social” e a reprodução capitalista. Assim, o pauperismo e os problemas dele decorrentes são reforçados pela política econômica que favorece o setor financeiro, e tratados como questões meramente individuais:

O sucesso e o fracasso individuais são interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais (como não investir o suficiente em seu próprio capital humano por meio da educação), em vez de atribuídos a alguma propriedade sistêmica (como as exclusões de classe que se costumam atribuir ao capitalismo) (HARVEY, 2008, p. 76).

Este estágio neoliberal do imperialismo é marcado pela glorificação das virtudes do mercado e da livre-iniciativa, com maior liberdade para o capital e, a despeito do discurso de



Estado mínimo, há forte atuação do Estado como vetor do neoliberalismo¹¹ e de políticas que o favoreçam, tanto nacional quanto internacionalmente (DUMÉNIL; LÉVY, 2004).

Ou ainda, o neoliberalismo é a teoria das práticas político-econômicas que propõem as liberdades individuais como meio para o bem estar humano, com uma estrutura institucionalizada de sólidos direitos de propriedade, livre mercado e livre comércio. E ao Estado cabe criar e garantir o aparato para essas práticas em que todas as ações humanas são enquadradas no domínio do mercado. Para tanto, os neoliberais mobilizam a intervenção do Estado como ameaça à liberdade individual e à dignidade humana, ao mesmo tempo em que requerem seu monopólio da violência para garantir a santidade dos contratos (HARVEY, 2008).

O aprofundamento das instabilidades econômicas – e, portanto, políticas e sociais - passa a requerer do Estado neoliberal o uso constante dos expedientes de coerção para a manutenção da “ordem”. Por isso, resta errôneo dizer que no neoliberalismo¹² o Estado perde sua função. É preciso desmistificar a confusão entre modalidade do exercício do poder estatal com a natureza – de classe – do poder estatal em si (DUMÉNIL; LÉVY, 2005).

Influenciados por autores como Ludwig Von Mises, Friedrich Hayek, Milton Friedman¹³ e outros que compõem a Sociedade de Mont Pèlerin, os apologetas do neoliberalismo levam ao paroxismo uma ideia de liberdade individual que, em última instância, se contrapõe à própria democracia burguesa. Para estes, o ideal democrático é visto como coletivista, com tendência a fomentar governos inchados e reguladores, e evoluir para o “arranjo tirânico” dos países socialistas, onde o poder da maioria prevalece em proveito próprio (KARSTEN; KAREL, 2014). Ou seja, a liberdade econômica se converte, para esta corrente, como valor supremo, inclusive sobre a democracia.

Percebe-se aqui mais uma distinção entre o liberalismo clássico e o que apregoam os neoliberais. Adequados às necessidades da reprodução do capitalismo nesta nova fase, passam a questionar inclusive a conformação ideal de liberdade, democracia e igualdade do capitalismo sob a égide liberal, criando subterfúgios para a erosão até da igualdade e democracia formais. Com isso, a partir dos anos 1980 as democracias se tornam blindadas

¹¹ Para Harvey (2008, p. 38), a diferença entre prática liberal e neoliberal é que “(...) naquela, os emprestadores assumem as perdas decorrentes de más decisões de investimento, ao passo que sob esta última os tomadores são forçados pelo Estado e por forças internacionais a assumir o ônus do custo do pagamento da dívida sejam quais forem as consequências para a vida e o bem-estar da população local.”

¹² Para Draibe (1993), o neoliberalismo não se constitui como corpo teórico, e sim ideologia com proposições práticas com conjunto heterogêneo de conceitos, tentando reinventar o liberalismo enquanto introduz conservadorismo político e darwinismo social. É mais um receituário de receitas práticas, com discurso tecnocrático e de redução do interesse geral ao “moderno” e “eficiente”, com aparência despolitizada e desideologizada.

¹³ Os prêmios Nobel de Economia para Hayek em 1974 e Friedman em 1976, autores que atrelam a crise dos anos 1970 ao excesso de gastos públicos e, portanto, pensam a retomada do crescimento pela total privatização do Estado, evidenciam a correspondência entre uma mudança no padrão de acumulação de capital e sua expressão ideológica.



e se estruturam de forma hermeticamente fechadas às pressões populares, impedindo que até às demandas reformistas adentrem a política institucional.

Adequadas às necessidades da acumulação capitalista de dominância financeira, as democracias blindadas combinam retiradas de direitos sociais com a expansão (maior ou menor, a depender do momento e do gestor de plantão) de políticas sociais compensatórias, carentes de universalidade, além de um aumento seletivo da repressão estatal voltada aos setores indômitos. (DEMIER; GONÇALVES, 2017, p. 2373).

Para Friedman e seus seguidores, o gasto público em programas sociais implicou em déficit, inflação, redução da poupança privada e da produtividade. Por isso, para eles, o Estado deve atuar apenas em programas assistenciais pontualmente e de forma complementar à iniciativa privada. A tese do Estado mínimo é advogada, na realidade, pelo máximo em que ele pode ir a termos de responsabilidade social, para não comprometer os lucros do capital nesta sua nova etapa histórica (DRAIBE, 1993).

FIM DO ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL E A “QUESTÃO SOCIAL” NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

A mudança no padrão de acumulação de capital altera também a maneira pela qual se vê a “questão social” e os caminhos propostos para sanar o problema. Desde os anos 1970 é comum que o debate sobre o tema se mova entre antiga e nova “questão social”, com riscos intrínsecos de perda de precisão teórica, como o obscurecimento de que é a exploração do trabalho assalariado pelo capital que cria a “questão social”.

A “questão social” - formas de expressão das desigualdades sociais no capitalismo maduro mediadas pelo Estado -, no marco da teoria social crítica, é imanente ao processo de acumulação e reprodução do capital, à produção coletiva e apropriação privada de riqueza e, por esta razão, não se circunscreve apenas ao esgotamento do padrão de acumulação típico dos 30 anos gloriosos (IAMAMOTO, 2001).

Ou seja, é parte da contradição fundamental da produção de riqueza pelo trabalho sob a égide do capital: em seu movimento de reprodução ampliada, à massa de riquezas produzida e ao crescimento da economia corresponde o aumento de uma superpopulação relativa às necessidades mais imediatas do capital, fazendo crescer o pauperismo e as manifestações dele, uma vez que o trabalhador não possui nada além da própria força de trabalho como meio de sobrevivência, desde que posta a serviço do capital (MARX, 2011).

E a “questão social” converte-se em uma questão, no capitalismo, exatamente porque o capitalismo alinhava desenvolvimento acelerado das forças produtivas e pobreza. Mais precisamente, se torna uma “questão” quando a pauperização começa a reverberar,



politicamente, na organização e agitação da classe trabalhadora como sujeito histórico, levando a burguesia a reagir com a implementação de medidas contra o pauperismo.

Após 1850, contudo, o termo “questão social” passa para o espectro político da direita, uma vez que se atrela cada vez mais não a uma contradição do modo de produção em si, mas a um problema a ser administrado dentro da ordem (CASTELO, 2010).

Sob esta perspectiva o tratamento que o Estado dá, via política social, à “questão social”, tem como limite intrínseco a manutenção da propriedade privada e da exploração do trabalho assalariado, a reprodução dos ideais de liberdade e igualdade forjados e adequados pela burguesia, a adequação às contingências do padrão de acumulação em vigência e à dinâmica da luta de classes que daí emana¹⁴. E no presente momento, sob a dinâmica do setor financeiro com preponderância do capital fictício, do aparato neoliberal e o enfraquecimento da organização e mobilização da classe trabalhadora, o que se observa é o esvaziamento cada vez maior do alcance e efetividade das políticas sociais.

Essa expansão da assistência social como principal estratégia de proteção social rebaixa a dimensão e o significado dos direitos e serviços públicos e favorece a transferência do fundo público ao capital. Esse contexto de crise do capital, marcado pela bárbara destruição dos direitos do trabalho, essa expansão da assistência social não consolida a universalização do Estado social, como muitos querem nos fazer acreditar; antes, transmuta-o em espaço de submissão da classe trabalhadora às mais ignóbeis formas de exploração e condições de vida (BOSCHETTI, 2018, p.19).

Portanto, as experiências de Estado de Bem Estar – ou a ausência delas – decorrem das configurações históricas particulares do capitalismo e das estruturas estatais, instituições políticas e capacidade de mobilização da classe trabalhadora, em diferentes momentos e locais (ARRETCHE, 1995). Resta, assim, importante pensar a política social no âmbito da crise estrutural do capital, em que as políticas de assistência social disputam com as frações dominantes do capital a alocação do fundo público (BEHRING, 2008).

Ferguson (2013, p. 68) deixa claro que a mudança pela qual passa o Estado no tratamento da “questão social” é observável inclusive em regiões como a Grã Bretanha, onde os cortes, restrições, privatizações da Saúde, Assistência e Previdência e aumento da pobreza:

[...] tem sido sustentado por uma força brutal e ideológica contra as pessoas que recebem os benefícios, e isso tem contribuído para um aumento significativo dos níveis de crime de ódio, aumento das taxas de depressão e ansiedade e um aumento na taxa de suicídio entre aqueles que recebem algum benefício.

¹⁴ Algo estranho a quem vê o Estado de Bem Estar como a vitória irrestrita da classe trabalhadora dentro do capitalismo monopolista, e não também como fruto do “[...] enfraquecimento das bases objetivas e subjetivas que davam sustentação aos argumentos do liberalismo clássico ou ortodoxo” (SILVA, 2019, p. 113).



No novo padrão de proteção social não se fala mais em Bem Estar como um todo, e sim em Pluralismo de Bem Estar (políticas fragmentadas de assistência). Estes pluralistas municiaram a nova direita hayekiana com críticas ao próprio Estado Social, como: baixa eficácia, forte centralização e ossificação burocrática. A partir disso, se tornam responsáveis pela provisão de assistência quatro setores chave: 1- o informal: grupos primários dos indivíduos; 2- o voluntário: apresenta maior organização que o informal, como ONGs; 3- o mercantil, com aprisionamento pela iniciativa privada e; 4- o oficial (PEREIRA, 2004).

O pluralismo de bem-estar, ou economia mista de bem-estar, representa o novo consenso em torno das políticas sociais. E não é mera mudança de forma, mas eufemismo para a alteração profunda das políticas sociais, de corte neoliberal. Esta visão pluralista está geralmente atrelada aos que interpretam o momento contemporâneo como de crise do Estado, não do capital com reverberações no Estado e sociedade civil, o que acaba por favorecer a diluição da responsabilidade coletiva e a retomada da tese de responsabilização dos indivíduos e famílias na provisão do bem-estar (MIOTTO, 2008).

Percebe-se que a política social não deixou de ser estratégia de preservação capitalista em meio a crises, e sim se modificou para se adaptar à reestruturação produtiva. Por isso o monetarismo passa a dinamizar a política social, marcada pelas noções de eficácia, competitividade e pragmatismo (PEREIRA, 2004).

Há uma verdadeira febre estatística e tecnocrática para a otimização dos recursos financeiros, humanos e materiais que compõem o fluxo da política social, em busca da combinação entre eficiência, eficácia e efetividade. À política social bem focalizada e de natureza assistencial (...) é atribuída a capacidade de administrar de forma tecnicamente competente os elementos que geram a pobreza e a miséria (...). (BEHRING, 2008, p. 164).

O *Welfare* passa a ser substituído pelo *Workfare*, numa política social heterogênea e dispersa de ativação, isto é, destinada à inserção laboral e não à garantia de direitos sociais mínimos a toda sociedade civil. A política de ativação ganha contornos mais drásticos em países como os EUA, em que a assistência social é condicionada, muitas vezes, à contrapartida laboral (ERANSUS, 2005).

A política social passa a funcionar, então, em um sistema prêmio-castigo, correspondente à visão utilitarista da pobreza, como fruto da escolha entre permanecer na assistência ou adentrar no mercado. E mais, ao condicionar a assistência à prestação laboral, forçam-se os trabalhadores a aceitarem condições degradantes de remuneração e trabalho¹⁵. Algo que ganha contornos mais severos se considerado que, de 1985 a 2000, a

¹⁵ Os pobres passam a ser subdivididos entre “merecedores” - que provam esforço pessoal para se integrar no mercado de trabalho -, e “não merecedores” da assistência social. E os “merecedores” ganham atributos qualitativos como exitosos (que seguem um itinerário de inserção), dóceis (comportamento adequado) e empreendedores (seguem as indicações de serviços e cumprem seus compromissos) (ERANSUS, 2005).



população ao alcance do mercado capitalista mundial cresceu de 2,5 para 6 bilhões de pessoas (GOLDSTEIN, 2008).

Se os pobres são vistos como carentes, “não sujeitos”, incapazes de enfrentar a realidade em que se encontram, sem que nada disso, supostamente, tenha vínculos com fatores que lhes sejam externos, caminha-se, a passos largos, para a consideração de que precisam de ajuda e auxílio, e não [de] estratégias [...] e ações práticas que possam contribuir para que conquistem direitos (LEITE, 2015, p. 42).

O Banco Mundial, hoje principal delimitador do que seja desenvolvimento e pobreza, e de seus indicadores, contribui para a subordinação da “questão social”, cada vez mais vista como sinônimo de pobreza, ao tripé macroeconômico neoliberal: regime de metas de inflação (sob a ótica monetarista), superávit fiscal primário (fundo público destinado ao capital especulativo e parasitário) e taxas de câmbio flutuantes (livre mobilidade de capitais). Se ao novo padrão de acumulação capitalista corresponde o uso ampliado do fundo público para remunerar e socorrer o capital fictício, evidentemente se altera e restringe a política social como meio de minorar os efeitos da pauperização. E não há novidade na pauperização dentro do capitalismo, mas sim no ritmo e intensidade que ela tem galgado, especialmente nos momentos de crise, que levam a uma corrida contra os trabalhadores e seus direitos, mobilizando para isso, inclusive, humores autoritários e de cunho fascista¹⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, não há que se falar em velha ou nova “questão social”. Sob a perspectiva teórica defendida, o necessário é tentar apreender como a dinâmica de produção e reprodução capitalista reproduz, também e de forma ampliada, a pauperização da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, compreender como a cada mudança no padrão de acumulação de capital – e da dinâmica da luta de classes – o Estado, enquanto instrumento de poder da classe dominante, atua para lidar com a “questão social”. Isso sem perder de vista que independente das concessões ao trabalho ou por ele arrancadas, a

¹⁶ A explicação marxista clássica do fascismo como reação do capital diante da ameaça revolucionária, com apoio da pequena burguesia, não se aplica agora, pois não há ameaça revolucionária, o capital tem pouco entusiasmo pelo programa econômico nacionalista da extrema direita e o apoio a esses governos atinge grandes massas populares e até o operariado. Daí o uso do termo neofascismo para essas forças com traços fascistas que não são mera reprodução do passado (LÖWY, 2020). “Quando consideramos os anos 1960 e 1970, é possível observar a necessidade de confluência dos seguintes elementos: a) existência de ameaça aberta ou iminência de eclosão de revolução popular de corte proletária — ou que assim seja percebida por frações expressivas da pequena burguesia e setores dominantes do grande capital; b) a necessidade de construção de uma unidade nacional que permita à burguesia se valer de expedientes excepcionais para assegurar seu poder; c) por fim, que fique evidente a incapacidade do Estado democrático-liberal ou das formas pouco articuladas de Estados de exceção em garantir sua legitimidade social e consequente estabilidade política, necessárias ao capitalismo em expansão.” (MONTENEGRO, 2020, p. 52).



política social se dá sempre sem comprometer a propriedade privada, a exploração do trabalho assalariado e o padrão de acumulação a ela correspondente.

A irrupção da crise dos anos 1970 estimulou o salto dos capitais ociosos em direção à especulação parasitária, sob a forma autonomizada de capital fictício. E como isso requer um aparato de política econômica e social que o legitime e impulse, dá-se vazão ao ideário neoliberal, que ancorado na santidade do tripé macroeconômico alicerça a garantia da reprodução dos lucros do capital fictício, ao passo em que restringe o fundo público passível de uso pelos que amargam mais fortemente as consequências da “questão social”.

Não por causa fortuita, quando o neoliberalismo é exponenciado e elemento ativo da reprodução do capitalismo em sua nova fase, a “questão social” passa a ter novo enfoque, que enseja: menor dispêndio e participação do Estado, privatização lucrativa de algumas áreas de assistência social e individualização das responsabilidades pelas próprias mazelas. Ao que se imbrica uma política social fragmentada, discricionária, pontual e condicionada.

Portanto, os argumentos aqui elencados e encadeados contribuem para: 1- ocluir as brechas que nutrem, com relação às políticas sociais vigentes na era de ouro do capitalismo, a ilusão de que foram capazes de sanar a “questão social”; 2- desmistificar que, no novo padrão de acumulação – neoliberal - caiba um Estado incongruente com sua base material e objetiva, anacrônico, apto a retomar políticas sociais vigentes em outro momento histórico do capital e da luta de classes e; 3- lembrar que o Estado é entidade de classe, portanto, incapaz de atuar naturalmente contra a classe que ele representa. Não considerar essas questões é, em alguma medida, colocar o Estado capitalista como sujeito histórico da bandeira revolucionária, enquanto na realidade se recrudescer a violência e a coerção como meio de garantir a naturalização da miséria.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta T. S. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais/BIB**, n. 39, 1º Semestre, Rio de Janeiro: ANPOCS, Relume Dumará, p.3-40, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti. Trabalho e seguridade social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Maria Helena Tenório (orgs). **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas**: São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.



BYLUND, Per. A Lei de Say é irrefutável e, sozinha, destrói todo o arcabouço keynesiano. **Instituto Ludwig Von Mises Brasil**, 28 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.mises.org.br>.

CASTELO, Rodrigo. A questão social nas obras de Marx e Engels. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 85-94, Jan.-Jun. 2010.

CHESNAIS, François. O fim de um ciclo: alcance e curso da crise financeira. *In*: GOMES, Helder (Org.). **Especulação e lucros fictícios**: formas parasitárias de acumulação contemporânea. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

DAVIS, Mike. A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. *In*: _____ et all. **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem amos: Brasil, 2020.

DEMIER, Felipe; GONCALVES, Guilherme Leite. Capitalismo, Estado e democracia: um debate marxista. **Direito & Práxis**. Rio de Janeiro, Vol. 08, n.3, p. 2350-2376, 2017.

DRAIBE, Sonia Maria. As políticas sociais e o neoliberalismo. Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. *In*: **Revista USP**, n.17, São Paulo: USP, p.86-101, 1993.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Imperialismo na era neoliberal. **Crítica Marxista**, n. 18, p. 11-36, 2004.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. *In*: CHESNAIS, François (Org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ERANSUS, Begoña Pérez. **Políticas de ativación y rentas mínimas**. Madri: Fundación Foessa, Cáritas, 2005.

FERGUSON, Iain. Austeridade no Reino Unido: o fim do estado de bem-estar social? *In*: **Argumentum**, Vitória (ES), v.5, n. 2, p. 65-88, jul/dez.2013.

FOSTER, John Bellamy; HOLLEMAN, Hannah. La élite del poder financiero. **Monthly Review**, New York, Monthly Review Foundation, 62 (1): 1-19, May, 2010.

GOLDSTEIN, Fred. Doubling the world workforce. *In*: _____. **Low-wage Capitalism**: Colossus with Feet of Clay (what the new globalized, high-tech imperialism means for the class struggle in the US). New York: World View Forum, 2008.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo – 1934, Caderno 22. *In*: _____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 7a Edição. São Paulo: Loyola, 1989. Parte II.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. 2a ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Política anticapitalista em tempos de Covid-19**.

DAVIS, Mike et all. **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem amos: Brasil, 2020.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). 2a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.



IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. *In*: **Temporalis**, ano 2, n. 3, pp. 09-32. Brasília: ABEPSS/Grafiine, 2001.

KARSTEN, Frank; KAREL, Beckman. **A tragédia social gerada pela democracia**. Instituto Ludwig Von Mises, 2014.

LEITE, Izildo Corrêa. Carentes, incapazes, não sujeitos: a concepção de pobre(za) formulada pelo Banco Mundial. *In*: ARZATE Salgado, Jorge (Coord.). **La pobreza como construcción científica, ideológica y política**: cuatro ensayos desde América Latina. México (DF): Eón, 2015.

LIMA, Luca de Moura. A complicação como método ideológico. **Instituto liberal**, 2016. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br>.

LÖWY, Michael. Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro. *In*: FARIA, Fabiano Godinho; MARQUES, Mauro Luiz Barbosa (orgs). **Giros à direita**: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador. Sertão Cult: Sobral-CE, 2020.

MANDEL, Ernst. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MIOTTO, Regina Célia. Família e políticas sociais. *In*: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti et all (orgs). **Política social no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2008.

MONTENEGRO, David Moreno. Ultraliberalismo autoritário e aprofundamento da dependência: o governo de extrema direita no Brasil no contexto da crise latino-americana. *In*: FARIA, Fabiano Godinho; MARQUES, Mauro Luiz Barbosa (orgs). **Giros à direita**: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador. Sertão Cult: Sobral-CE, 2020.

NAKATANI, Paulo; GOMES, Helder. A natureza e as contradições da crise capitalista. *In*: GOMES, Helder (Org.). **Especulação e lucros fictícios**: formas parasitárias de acumulação contemporânea. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

NAKATANI, Paulo; MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). **O capitalismo em crise**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PEREIRA, Potyara A. Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o neoliberalismo. *In*: BOSCHETTI, Ivanete et all (orgs). **Política social**: alternativas ao neoliberalismo. Brasília: UNB, 2004.

POLLEIT, Thorsten. A diferença básica entre globalismo e globalização econômica: um é o oposto do outro. **Instituto Ludwig Von Mises Brasil**, 01 de março de 2017. Disponível em: <http://www.mises.org.br>.

SILVA, Robson Roberto da. Renda mínima e proteção social: aspectos históricos, teóricos e conjunturais. *In*: **Revista Katalysis**, v. 22, n.1, p.110-119, jan./abr. 2019.